

# Espaço público

*O exame é fácil de traduzir: grandes progressos em termos qualitativos; avanços demasiado tímidos em termos quantitativos*

## Os desafios da cooperação portuguesa

**A** cada quatro ou cinco anos, a Cooperação Portuguesa vai a exame. Acontece também em alguns outros sectores e corresponde a uma das metodologias desenvolvidas pela OCDE para promover boas práticas nas políticas públicas dos países que pertencem a essa organização. No nosso caso, o exame aconteceu em Novembro de 2010, com um dia inteiro dedicado a responder a perguntas dos representantes dos demais países da OCDE, com base num relatório elaborado pelo secretariado da OCDE e representantes de diversos países ao longo de oito meses. Publicam-se agora os resultados, e creio que temos boas razões para estarmos satisfeitos.

Reduzindo à sua expressão mais simples, o veredicto do exame é fácil de traduzir: grandes progressos em termos qualitativos; avanços demasiado tímidos em termos quantitativos. Mas vale a pena conhecer um pouco melhor os principais elementos da análise que é feita pela OCDE.

Começo por dizer que é gratificante verificar que os progressos desde 2006, data do último exame, são repetidamente salientados. Em grande medida esse progresso é atribuído ao facto de haver, desde finais de 2005, um documento orientador para a política de cooperação, a Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, que estabeleceu as prioridades e as opções de fundo da Cooperação Portuguesa. Cumprir-se portanto o desígnio dessa estratégia do Governo, nacionalando-se agora o desígnio de renovar a estratégia nacional de cooperação, atendendo aos progressos já realizados e às mudanças que entretanto se verificaram no mundo.

Por outro lado, a análise da OCDE releva a forma como a Cooperação Portuguesa é hoje das mais avançadas e competentes no trabalho com “Estados frágeis”, isto é, países cuja estrutura estatal contém precariedades ou desafios graves. É o caso da Guiné-Bissau, por exemplo, ou em menor grau de Timor-Leste, um país que ainda



**João Gomes Cravinho**

não completou a sua primeira década. Ora, a cooperação com “Estados frágeis” tem de assentar em pressupostos distintos daqueles que regem a cooperação para o desenvolvimento com Estados mais consolidados. Para Portugal, esta competência é particularmente importante, não só porque internacionalmente temos vindo a promover normas inovadoras para lidar com esta realidade, mas também porque há situações de grande fragilidade estatal entre os parceiros da Cooperação Portuguesa.

Um caso muito interessante a este respeito é o facto de São Tomé e Príncipe estar a caminho de cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no domínio da saúde. Isto deve-se aos esforços da Cooperação Portuguesa, em parceria com o Instituto Marquês de Valle Flôr e a Fundação Gulbenkian. No jargão técnico da cooperação para o desenvolvimento, chama-se a isto “eficácia da ajuda”. Em linguagem comum é dar vida e saúde.

Outro ponto que vale a pena salientar é a transformação efectuada no nosso relacionamento com o sistema multilateral. Em virtude de uma estratégia clara, conseguimos hoje corresponder a uma ambição antiga, que é utilizar verbas da cooperação bilateral para alavancar apoios mais substanciais da cooperação multilateral. Um exemplo: a Cooperação Portuguesa (PAD e MAD) é hoje integralmente responsável por um projecto de formação política em Moçambique de dez milhões de euros, dos quais 1,8 representam o contributo português, sendo o remanescente financiado pela UE. Vários outros acordos desta natureza estão na força para 2011.

Temos no entanto de reconhecer que há um aspecto em que não foi possível corresponder às expectativas da OCDE: o volume da Ajuda Pública ao Desenvolvimento portuguesa. Todos compreendem que este não é o momento para se colocar esta questão. A prazo, sem dúvida que se coloca, não apenas por corresponder a compromissos internacionais, mas sobretudo porque corresponde ao interesse nacional. Aliás, se não fosse



esse o caso, seria difícil explicar a tendência generalizada para o aumento da APD dos países da OCDE nestes últimos anos. Mas essa questão deve ficar para melhores dias.

Ao longo dos anos, os exames constituíram sempre um forte incentivo a reformar ou melhorar a Cooperação Portuguesa: foi assim em 1997, 2001 e 2006, e assim será também com este exame. A cooperação, como todas as políticas públicas, é feita com os recursos postos à disposição do Estado pelos contribuintes portugueses, e em reconhecimento desta realidade temos duas responsabilidades inelutáveis: a primeira é garantir que os recursos são utilizados da forma eficaz e eficiente, promovendo os objectivos da nossa política de cooperação; a segunda consiste

em prestar contas daquilo que se faz em nome da Cooperação Portuguesa, e a sessão pública de hoje, em que se apresentam os resultados do exame do CAD, é mais uma oportunidade para o fazer. Em ambas estas matérias estamos hoje muito melhor do que alguma vez estivemos no passado; mas, como em qualquer política pública, há sempre mais espaço para o progresso. *Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação*